

# **A DECOLONIEDADE E OS POVOS BANTU: Matutando e tagarelado ações de resistência em tempos de crise a partir do Artigo 26-A da LDBEN no ambiente escolar.**

**Wudson Guilherme de Oliveira<sup>1</sup>**

## **Resumo:**

O presente trabalho buscará traçar uma análise decolonial sobre as diferentes características dos povos Bantu, como estratégias de enfrentamento as variadas situações referentes à discriminação racial. Entretanto, pretendemos debruçar nossas reflexões em publicações já existentes, as que articulam com a referida temática em questão. Posteriormente, iremos analisar um breve estudo de caso, de como foram implementadas as leis contidas no Artigo 26-A da LDBEN em uma instituição privada na cidade do Rio de Janeiro, a partir de uma oficina/aula de sensibilização, na qual foi criada como estratégias para a efetivação da ação afirmativa para a redução do racismo na conjuntura atual do país.

**Palavras-chave:** Decoloniedade. Povos Bantu. Educação Étnico-racial.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEDUC, pela UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Graduado em História, no Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM (Rio de Janeiro – RJ), com Pós-Graduação Lato-Senso em Educação e Relações Étnico-Raciais - PENESB, pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e Pós-Graduado no curso Lato-Senso UNIAFRO Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola na UFRRJ/LEAFRO em História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Desenvolve vivências como professor de História, Filosofia, Sociologia e Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA – Educação para Jovens e Adultos, Ator, Diretor teatral, Palestrante e Oficineiro. Possui de modo voluntário um “Projeto de sensibilização sobre a história africana, indígena e afro-brasileira através das literaturas nos espaços informais de educação”. Membro atuante nos grupos de pesquisa como: CELeC – Coletivo de Estudos de Letramentos Contemporâneos, na UFRRJ/IM - Instituto Multidisciplinar sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Adriana Lopes Carvalho, onde pesquisamos sobre a educação contemporânea e seus desdobramentos, grupo de pesquisa Conjuntura Nacional e Luta Contra o Racismo, na UFRRJ, sob a coordenação do Prof. Doutor Amauri Mendes Pereira, onde pesquisamos a transgressão das práticas educativas na luta contra o racismo, grupo de pesquisa AFROSIN - Afroperspectivas, Saberes e Interseções, na UFRRJ/IM Instituto Multidisciplinar sob a coordenação do Prof. Doutor Renato Nogueira, onde pesquisamos as infâncias e as relações étnico-raciais, grupo de pesquisa COPIED – Coordenação de Promoção de Igualdade Étnico-raciais e Diversidade, pelo Departamento Pedagógico I da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Magé, onde pesquisamos educação étnico-racial, literaturas, diversidade e infância e o grupo de pesquisa Observatório Carioca de Histórias em Quadrinhos, onde pesquisamos questões pertinentes sobre os personagens negros (as) nas revistas de HQs.  
E-mail: [wudafrica@gmail.com](mailto:wudafrica@gmail.com).

**DECOLONITY AND THE BANTU PEOPLE:** Mattering and chattering resistanci actions in times of crisis fron Article 26-A of the LBDEN in the school environment.

**Resume:**

The present work will seek to trace a decolonial analysis on the different characteristics of the Bantu peoples, as coping strategies for the various situations related to racial discrimination. However, we intend to focus on our reflections in existing publications, those that articulate with the aforementioned subject in question. Later, we will analyze a brief case study, how the laws contained in Article 26-A of the LDBEN were implemented in a private institution in the city of Rio de Janeiro, from a workshop / class awareness campaign, which was created as a strategy for carrying out the action statement for the reduction of racism in the country's current situation.

**Key words:** Decolonity. Bantu people. Ethnic-racial education.

“(…) existem duas maneiras principais de abordar as realidades das sociedades africanas. Uma delas, que pode ser chamada de periférica, vai de fora para dentro e chega ao que chamo de África-Objeto, que não se explica adequadamente. A outra, que propõe uma visão interna, vai de dentro para fora dos fenômenos e revela a África-Sujeito, a África da identidade profunda, originária, mal conhecida, portadora de propostas fundada em valores absolutamente diferenciais”

(Amadou Hampaté Bâ, 2003).

**I - Introdução:**

Embora não aparente, mais já se passaram fatigados 17 anos da sanção da implementação das Leis Federais 10.639 de 2003<sup>2</sup>, que estabelece a

---

<sup>2</sup> Em 11 de Março de 2008 a Lei 10.639/2003 foi alterada pela criação da Lei 11.645/2008 que torna obrigatório, também, o ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas. Tais leis alteram o art. 26- A da Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no ensino básico.

A propósito houveram variadas intervenções civis e governamentais com o intuito de desenvolver questões reflexivas para a sua efetivação nos espaços de educação. Porém, ocorreram diversas barreiras que ainda colocam em xeque a evolução e promoção de sua permanência, como apresentam em alguns trabalhos recentes sobre as discursões dos entraves e avanços para o cumprimento das Leis nas escolas.

Todavia, para que esta, que a dois anos “debutante” possa fazer parte de modo ativo e eficaz na sociedade educacional e demais espaços, ainda existe alguns empecilhos, para que possa encontrar as portas abertas, e assim possibilitar a abordagem das suas perspectivas fundamentais, que foram propostas no Artigo 26-A da LDBEN.

É importante salientar que as portas fechadas para a “lei” em questão, vem sendo denunciadas por educadores e pelo movimento negro<sup>3</sup> que sinalizam problemas acerca da falta de cursos de formação pedagógica sobre as intenções das Leis Federais 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008, sem esquecer de mencionar a carência de materiais, didáticos e paradidáticos que não estão presentes nos espaços de educação, acarretando à não subsidiar os professores regentes. Desse modo, Ela não será reconhecida e valorizada pelos profissionais de educação e demais agentes, embarreirando na incorporação dos referentes conteúdos que abrange a história e cultura africana, dos afro-brasileiros e dos grupos indígenas nos currículos da Educação Básica.

Dando continuidade, no Estado do Rio de Janeiro e adjacências, durante os 17 anos, foi possível encontrar uma gama de cursos de formação continuada para professores, e também à militantes do movimento negro e a sociedade civil, que se preocupava com a formação de uma sociedade mais igualitária e justa. Contudo, estas ações afirmativas, quer dizer, o uso de políticas públicas e privadas (de empresas, por exemplo) para compensar às desigualdades sofridas no passado, como modo de correção, que aparentemente não completa toda a

---

<sup>3</sup> Movimento negro entendido aqui com “grupo que luta pela própria cidadania, conscientização e valorização dos próprios valores culturais, com intuito de propagar as proposições e reivindicações da população negra na busca de alcançar justiça racial e social” (MACHADO & OLIVEIRA, 2018, p. 69).

falta de ações imbuídas com estas temáticas para cursos e oficinas pedagógicas para educadores.

Entretanto, no quesito da dificuldade em encontrar materiais, precisamos levantar alguns questionamentos permanentes sobre estes argumentos, pois nos últimos 17 anos da promulgação do Artigo 26-A da LDBEN, foram produzidos muitos encartes, *flyer*, livros, vídeos, *blogs*, revistas, CD`s, *folders*, DVD`s, sites, cartazes, projetos, adesivos, jornais, *banners*, entre outros matérias que foram produzidos e confeccionados para a valorização da cultura e história das Áfricas, da diáspora<sup>4</sup> afrodescendente<sup>5</sup> e indígena.

O empecilho é encontrado no acesso aos materiais confeccionados, à promoção da existência desses materiais e por último, mais não menos importante, a ausência de estímulo e interesse de uma parcela de educadores, que atrelam a implementação das Leis Federais apenas aos educadores afro-brasileiros<sup>6</sup> ou mesmo aos professores que lecionam aulas da disciplina de história, literatura, geografia ou artes, em especial em única culminância na última semana do mês de novembro<sup>7</sup>, como mera execução descomprometida sobre a história e a cultura do negro como modo de execução da lei 10.639/03.

Somando a todas as negativas à anterior para a “não” implementação da Lei 10.639/03, encontramos também o obstáculo propiciado por uma quantidade expressiva de educadores e agentes educacionais que se recusam em trabalhar as discursões que são atreladas a história e cultura africana e afro-brasileira. Porém a resistência nessa questão é a falta de sensibilidade dos colegas, que se deve a repulsa em trazer para dentro da sala de aula, debates

---

<sup>4</sup> Segundo William Safran (1991, p. 83) diáspora diz respeito a diversos processos, entre eles à expatriação de comunidades de minorias, que são dispersas de um centro original para pelo menos dois lugares periféricos, que mantém uma memória, visão ou mitologia sobre a pátria original. A diáspora africana, então, é o fenômeno histórico, social e cultural da migração forçada de povos africanos para outros continentes e me interessam os processos de formações culturais e sociais deste contexto.

<sup>5</sup> Nas palavras de Nei Lopes (2011, p. 57) “Termo modernamente usado no Brasil para designar o indivíduo descendente de africanos, com qualquer grau de mestiçagem, correspondendo ao African-American dos estadunidenses”.

<sup>6</sup> “Qualificativo do indivíduo brasileiro de origem africana e de tudo que lhe diga respeito” (LOPES, 2011, p. 56).

<sup>7</sup> No Estado do Rio de Janeiro, é decretado como feriado o dia 20 de novembro, data da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, estabelecido com o “Dia da Consciência Negra” sancionada pela Governadora Benedita da Silva pela LEI Nº 4007, DE NOVEMBRO DE 2002.

pertinentes acerca de tais controvérsias, como por exemplo as perspectivas ligadas às discriminações étnico-raciais<sup>8</sup>, preconceitos<sup>9</sup>, racismo<sup>10</sup>, branquitude<sup>11</sup>, religiosidade entre outras, em relação ao sentimento de despreparo dos profissionais educacionais devido ao domínio das temáticas, ou mesmo a indisposição em promover reflexões descolonizadoras sobre os grupos africanos e a sua diáspora no Brasil.

A frente das inquietações apresentadas, o presente artigo pretende provocar e promover nos estimuladores educacionais, uma ação reflexiva em relação à emergência de se consolidar caminhos possíveis que proporcione de modo efetivo a implementação do Artigo 26 A da LDBEN, visando diminuir as artimanhas estruturadas do racismo, discriminação e preconceito que encontramos de forma latente nos espaços de educação.

## **II - Tagarelando e matutando o banto<sup>12</sup> como modo reduzir o racismo**

Deve-se destacar que a oficina foi criada de modo emergencial para uma turma dos Anos Finais do Ensino Fundamental, em uma instituição privada de educação básica na cidade do Rio de Janeiro, inclusive não iremos revelar o nome da Instituição, para proteger o bom desenvolvimento e a integridade do espaço de educação, onde estava ocorrendo inúmeras ocorrências atreladas ao

---

<sup>8</sup> “Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada” (COELHO, 2018, p. 123).

<sup>9</sup> Nas palavras de Nei Lopes (2011) “Atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais mas em crenças estereotipadas. O preconceito racial é uma das molas propulsoras do racismo”.

<sup>10</sup> O racismo está longe de ser “uma questão dos negros e das negras” e de outros grupos discriminados. Ele é fruto das desigualdades existentes nas relações sociais entre pessoas brancas e grupos constituídos por pessoas negras, imigrantes, indígenas, ciganas, migrantes etc. superá-lo é um desafio e responsabilidade de toda a sociedade (CARREIRA & SOUZA, 2013, p. 33).

<sup>11</sup> De acordo com Bento, a branquitude pode ser definida como “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento” (BENTO, 2002, p. 29).

<sup>12</sup> Nei Lopes (2011, p. 179) afirma que é um “Vocábulo que pode ser usado nas formas flexionadas – “banto”, “banta”, “bantos”, “bantas” – ou sem flexões – “bantu” –, forma que designa cada um dos membros da grande família etnolinguística à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques etc”.

*Bullying*<sup>13</sup>. Porém, nos foi possível perceber que os educandos que estavam sendo advertidos e penalizados, eram em sua maioria negros de tez mais acentuada.

Entretanto, a partir de um olhar mais sensibilizado e amparado nas perspectivas da afrocentricidade<sup>14</sup>, chegamos à conclusão que a referida instituição de ensino, estava de modo impróprio reproduzindo práticas amparadas no Racismo velado.

Todavia, o espaço de difusão educacional em questão, é composta por grande quantidade de alunados jovens, brancos (as), pardos (as) e uma menor parcela de negros (as) e indígenas, onde não utiliza as essências do Artigo 26 A da LDBEN e acredita no mito da democracia racial<sup>15</sup>.

Com a ideia de contribuir com uma pedagogia antirracista e decolonial a partir das pesquisas amparadas na afroperspectiva em prol da promoção do Artigo 26 A da LDBEN, em proteger as lutas e conquistas alcançadas pelo movimento negro, como modo de resistência e empenho na busca da amenização das artimanhas do racismo, que ainda persiste de forma penetrada e estabelecendo hierarquias entre os grupos étnicos que se configuram nesta sociedade. Assim, surge a ideia de criar a oficina pedagógica intitulada “*Tagarelando e Matutando o Bantu: História, cultura e resistência das línguas africanas no Brasil*” como uma maneira de preservar e promover a igualdade racial e a redução do racismo nesta instituição privada de educação e em outros ambientes escolares na cidade do Rio de Janeiro e adjacências.

---

<sup>13</sup> Beaudoin e Taylor afirmam que “Compreende todas as formas de atitudes agressivas, realizadas de forma voluntária e repetitiva, que ocorre, sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia e realizada dentro de uma relação desigual de poder” (BEAUDOIN e TAYLOR, 2006).

<sup>14</sup> Teoria filosófica que serve de base ao moderno afrocentrismo. Formulada pelo cientista social Molefi Kete Asante, ela não impõe um pensamento único, como faz o eurocentrismo, admitindo e exaltando, segundo Larkin Nascimento (2009), o diálogo, com linhas de pensamento contrárias, “com respeito mútuo e sem pretensão à hegemonia” para saber mais (Lopes, 2011, p. 56).

<sup>15</sup> Nas palavras de Ronilda Iyakemi Ribeiro, (1998, p. 64), “no Brasil, último país a abolir a escravidão e primeiro a declarar-se país de democracia racial, este mito associado à força da ideologia do branqueamento tecem o pano de fundo das relações raciais. A extinção da escravidão sem projeto de inserção social, impingiu aos afrodescendentes a condição de subcidadania e a responsabilidade pelo fracasso passou a ser atribuída a uma suposta incompetência individual e não à conjuntura socioeconômica-política”.

Além disso é importante destacar, que esta oficina é itinerante e de modo voluntário, onde levamos a história e a cultura dos povos Bantus, para instituições públicas e privadas de educação básica além de outros espaços formais e não formais de educação.

Em linhas gerais, nossas ações estão ancoradas e inspiradas na implementação da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/08, na resistência de uma educação étnico-racial, na interdisciplinaridade para valorizar a ancestralidade africana<sup>16</sup>, com vistas na trajetória e conjuntura atual do afro-brasileiro.

Objetivando que todos os participantes “negros” e os “não negros” envolvidos na atividade, se sentissem como parte importante desta ação pedagógica para a promoção ao respeito e a autoestima<sup>17</sup> dos afrodescendentes, em prol de uma educação étnico-racial no combate à amenização do racismo.

Segundo registros referentes à história da escravidão, entre os séculos XVI e XIX, milhares de corpos africanos vindos dos territórios bantos, atravessaram o Oceano Atlântico de forma forçada nos porões dos tumbeiros<sup>18</sup>, empilhados, rebaixados, açoitados, tratados pior que animais, aparentando corpos sem alma, sem dor, sem objetos pessoais e tendo como destino os portos brasileiros e a incerteza. Porém, esses grupos que foram obrigados a fazer estas migrações, foram subjugados e transformados em mãos-de-obra escravas especializadas. Todavia estas etnias trouxeram consigo infinitas bagagens intelectuais e culturais, entre elas as suas estruturas linguísticas (banto) e as referências históricas, que resistiram aos impactos e as dificuldades encontradas na sociedade colonial escravocrata portuguesa.

---

<sup>16</sup> Nas palavras de Machado e Oliveira (2018, p. 69) “é o que estrutura a cosmo-concepção de mundo das culturas africanas, é a fonte dos elementos fundamentais da tradição africana. Ancestralidade é a tradição, pertencimento que perpassam as experiências africanas e afrodescendentes perpassados pela diáspora. Linha invisível que une as culturas e que as fortalecem”.

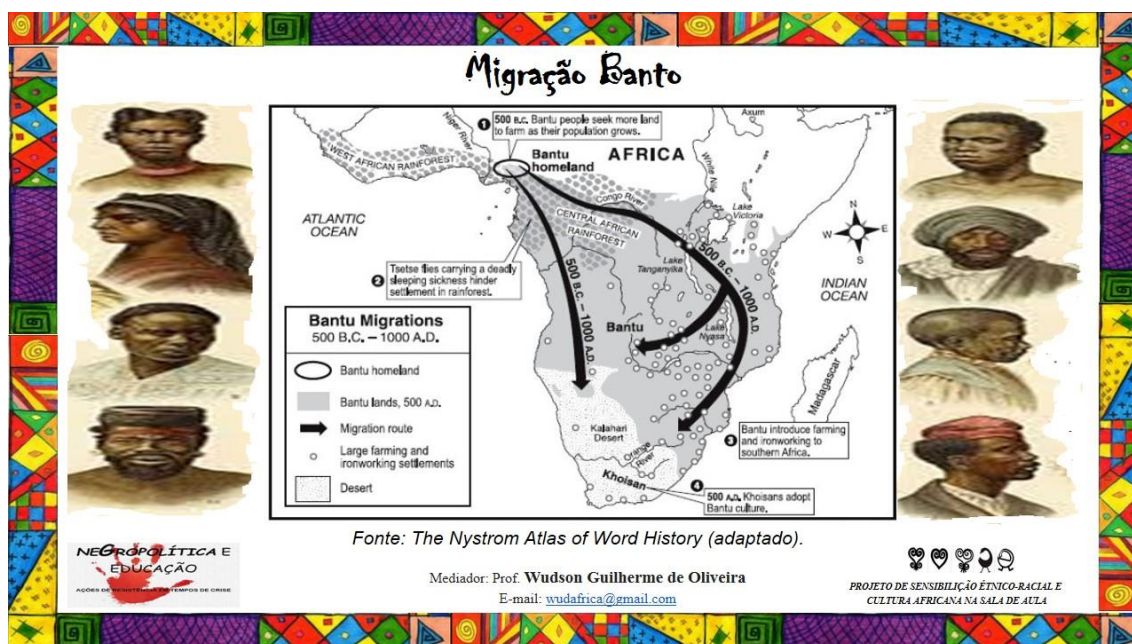
<sup>17</sup> Segundo Nei Lopes (2011: 147) “Sentimento de amor-próprio, dignidade; moral elevado; ânimo forte; disposição para enfrentar as adversidades da vida. A atuação dos movimentos negros em todo o mundo tem se dirigido para o fortalecimento da autoestima de africanos e de seus descendentes, seriamente abalada pela escravidão e pelo racismo”.

<sup>18</sup> “Embarcação de carga destinada ao transporte de pessoas escravizadas na África para seu comércio nas Américas. Eram navios conhecidos pela terrível condição em que estas pessoas eram submetidas. Elas eram amontoadas e acorrentadas em porões escuros, com pouco acesso à alimentação, água potável e condições mínimas de higiene, por meses a fio durante da travessia do Oceano Atlântico” (JUNIOR; ROSA e RESENDE, 2018, p. 376).

Para início de conversa, os Povos Bantu é na verdade uma grande proporção dos habitantes da terça parte meridional do Continente Africano, dos limites marítimos nigero-cameruniana, no Oeste, até a fronteira litorânea somálio-queniano, no Leste, a partir desta extremidade até a proximidade de Port-Elizabeth, no Sul, se fala línguas estreitamente semelhantes, intituladas línguas bantas.

Além disso também, é um grande conjunto de grupos africanos disseminados do centro para o leste, sul e sudeste do continente. Onde possuem línguas falantes semelhantes em Angola, no Congo, na África do Sul, em Moçambique e na Tanzânia (LOPES, 2008).

Ou seja, com tais parâmetros, podemos observar que o banto é na verdade, bem mais que um grupo étnico estabelecido, este conjunto de línguas aparentadas, reúnem variados conjuntos de pessoas que compartilham um mesmo tronco linguístico trivial, onde abraçam mais de quatrocentas variações plurais, vindas de um mesmo antepassado, intitulada como *protobanta*<sup>19</sup>.



Slide sobre a Migração Bantu, fonte: The Nystrom Atlas of Word History (Foto e arte: Wudson Guilherme).

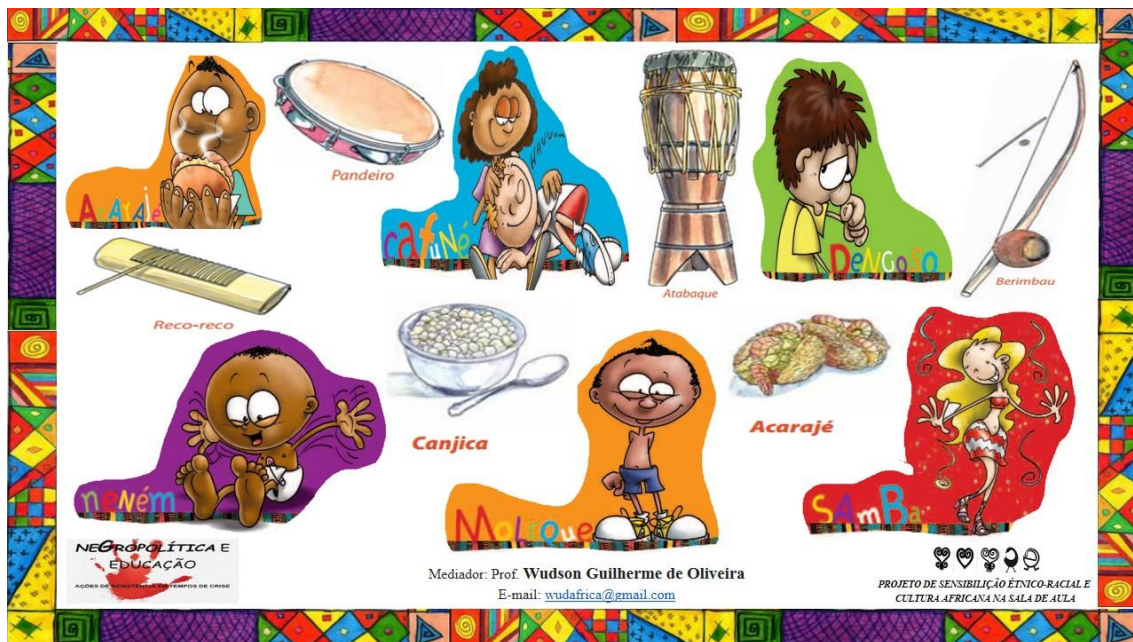
Dando continuidade à análise, sobre os apontamentos da palavra “banto”, acrescenta-se também a um conjunto de povos que são encontrados

<sup>19</sup> “O protobanto era falado em uma região fronteira no plano ecológico, dispoendo portanto de um meio assaz rico, conquanto pudessem dele usufruir os seus habitantes” (LWANGA-LUNYIIGO & VANSINA, 2010, p. 182).



historicamente em um extenso território localizado na África Central, onde geograficamente se originou na Nigéria e posteriormente se estendeu para outras áreas de modo diásporico, para determinados países localizados no Continente Africano.

No Brasil, existe uma grande predominância da contribuição vocabular dos grupos diásporico falantes das línguas Bantu, notadamente o umbundo, o quimbundo e o quicongo. Porventura é desses idiomas originários do Continente Africano, que provavelmente eternizaram palavras de tronco linguístico denominado banto, onde a maioria delas, conhecemos e as utilizamos em seu dia a dia como, por exemplo: acarajé, angu, banana, banzo, boboca, Boi-bumbá, bugiganga, búzios, cafuné, caçula, cachimbo, cabaça, camundongo, cuíca, cachaça, cochilo, dendê, dengoso, empanzinado, farofa, fuzuê, ginga, gororoba, hã, Haúças, lemanjá, jiló, jongo, lelê, lundu, mandingas, mochila, nanar, nenê, odara, ori, perrengue, pirão, quilombo, quindim, ranzinza, reco-reco, sacana, samba, trambiqueiro, titica, ué, urucubaca, vatapá, xingar, xodó, zangado, Zumbi e milhares de outras palavras que influenciaram de modo positivo a língua portuguesa no Brasil.



Slide sobre algumas palavras do tronco linguístico Bantu (Foto e arte: Wudson Guilherme).

### III - Saberes evidenciados no espaço de educação

A ação afirmativa e pedagógica teve como temática central, apresentar os grupos bantos, que aportaram nos portos do litoral do brasileiro; Contextualizar a riqueza cultural, histórica e linguística que foram deixadas como

legado e resistência para a nossa sociedade; Amenizar os impactos do Racismo no espaço escolar; Analisar algumas palavras de origem africana (banto) que permeiam em nossos meios sociais, que foram incorporadas a língua portuguesa a partir do período escravocrata, sobrevivendo a higienização e persistindo aos dias atuais.

Esta atividade está imbuída de sensibilizações contundentes para a implementação do Artigo 26 A da LDBEN para a promoção de uma educação étnico-racial. Ao longo da atividade, buscamos a partir de laminas de *slides*, vídeos, imagens e livros para tocar nas perspectivas da Lei Federal 10.639/03 e 11.645/2008, que serviram como estratégias para romper as barreiras do racismo em prol do respeito, da diversidade<sup>20</sup> e da igualdade, a partir de práticas e ações afirmativas e educativas, a fim de dialogar e promover a história dos povos africanos, grupos indígenas e a cultura afro-brasileira na construção da história e cultura negra no país.

Isso se evidencia nas palavras de Nilma Lino Gomes (2003) na seguinte afirmação:

Refletir sobre a cultura negra é considerar as lógicas simbólicas construídas ao longo da história por um grupo sociocultural específico: os descendentes de africanos escravizados no Brasil. Se partirmos do pressuposto de que o nosso país, hoje, é uma nação miscigenada, diríamos que a maioria da sociedade brasileira se encaixa nesse perfil, ou seja, uma grande parte dos brasileiros pode se considerar descendente de africanos (GOMES, 2003, p. 78).

Portanto, mesmo o Brasil sendo um território extenso e de múltipla diversidade étnica e cultural, atualmente ainda encontramos barreiras atreladas ao conservadorismo da sociedade, a falta de reflexões sobre as questões raciais nas esferas relacionadas a educação, onde devido ao “não” lançamento de um olhar mais sensibilizado amparado na afrocentricidade, que proponham reflexões e o respeito no ambiente educacional, integrando relações mais

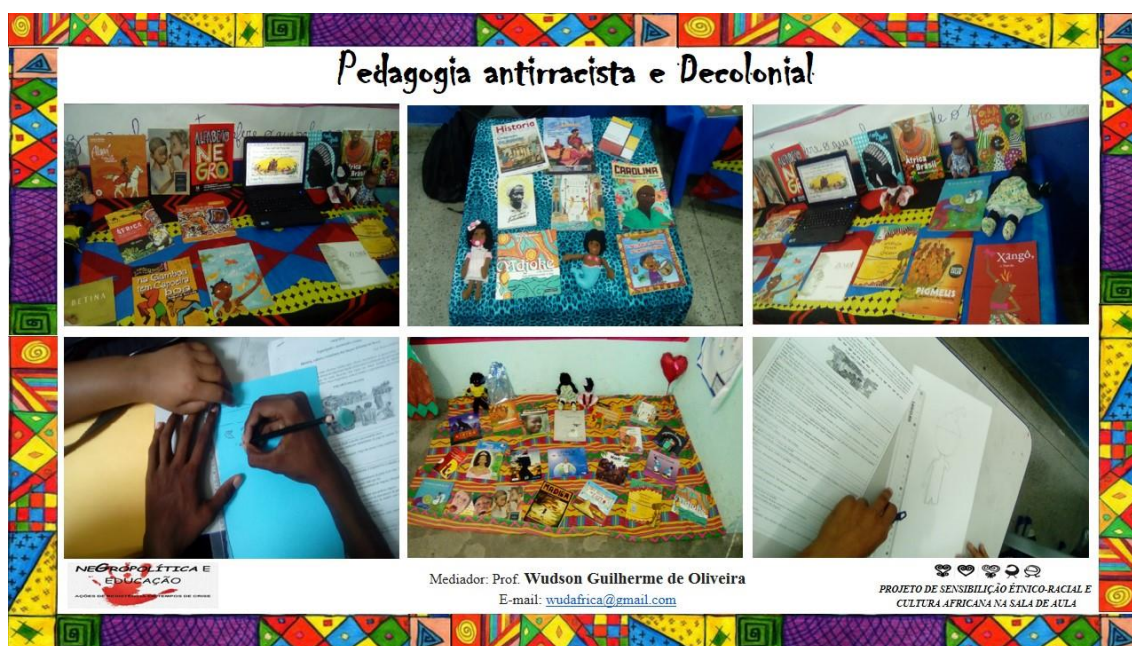
---

<sup>20</sup> Nas palavras de Munis Sodré (2001) a diversidade étnico-cultural nos mostra que os sujeitos sociais, sendo históricos, são também, culturais. Essa constatação indica que é necessário repensar a nossa escola e os processos de formação docente, rompendo com as práticas seletivas, fragmentadas, corporativistas, sexistas e racistas ainda existentes.

igualitárias e justas, em sintonia com as exigências do Artigo 26 A da LDBEN, na inserção da pluralidade étnico-racial brasileira nos currículos escolares.

Durante a atividade, houve a possibilidade de se aproximar das realidades sociais e étnicas dos participantes, que foram facilitadas a partir dos recursos de estratégias áudios visuais, bibliográficas entre outros, contribuindo para a ludicidade e com vistas à oralidade<sup>21</sup>, entre outros aspectos para a construção de um pertencimento étnico-racial em relação as culturas que permeiam todas as extensões sociais do Brasil.

Na realização das atividades foram distribuídos questionários, cópias de textos e um dicionário com algumas palavras “Bantu” com o intuito de discutir, analisar e pensar a partir das leituras, questões plausíveis para a superação do preconceito e do racismo existente em nosso cotidiano, com a intenção de subsidiar discursões mais fundamentadas em prol de um diálogo reflexivo para promover o resgate da memória e identidade<sup>22</sup> negra a partir da cultura banto.



Slide sobre a Exposição de Livros e participação dos alunos nas atividades (Foto e arte: Wudson Guilherme).

<sup>21</sup> Nas palavras de Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2003, p. 188) “Plano de transmissão dos saberes em várias sociedades, aparentemente posto em segundo plano na modernidade. Além disso, considera-se que a oralidade é o meio de transmissão de conhecimento de grupos e coletividades tradicionais, em particular, aquelas que não registram seus fenômenos através da escrita”.

<sup>22</sup> Para Kabengele Munanga (1996), professor da Universidade de São Paulo e africano radicado no Brasil, “a identidade passa pela cor da pele, pela cultura, ou pela produção cultural do negro; passa pela contribuição histórica do negro na sociedade brasileira, na construção da economia do país com seu sangue; passa pela recuperação de sua história africana, de sua visão de mundo, de sua religião”.

Também realizamos durante as atividades, exposições de livros de literatura africana, indígena e afro-brasileira, que faziam parte do “*Projeto de sensibilização Étnico-Racial sobre a história e cultura africana, indígena e afro-brasileira nas salas de aula*”, com o objetivo de possibilitar os alunos um maior contato com estes materiais e contribuir assim com a cidadania para uma sociedade mais justa. Durante a apresentação dos livros, ocorreram a distribuição de revistas de História da Biblioteca Nacional e sorteio de livros de literaturas afro-brasileiras e indígenas para os participantes, possibilitando um maior contato entre os alunos na troca de saberes.

Toda a atividade foi uma experiência inovadora para muitos dos participantes, onde desmistificaram questões racistas e estereotipadas<sup>23</sup>, tidas como verdades absolutas por alguns, em relação a história e cultura dos africanos, dos grupos indígenas e dos afro-brasileiros. Durante a realização da atividade, percebemos no decorrer da ação afirmativas, que grande parte dos participantes eram profissionais da Educação Básica e estavam muito interessados em conhecer um pouco mais sobre as questões relacionadas a diversidade cultural dos Bantu.

#### **IV – Breves considerações**

Diante das questões apresentadas neste texto, tentamos expor de forma panorâmica as ações afirmativas que conseguimos implementar e atingir a um público bastante significativo na referida instituição privada de educação.

Entendemos que o espaço escolar, ainda está com os seus currículos e práticas colonizadas, em relação as questões ligadas a diversidade étnico-racial. Em consonância, não podemos negar que existem variados militantes anônimos na luta para a possível mudança, pois sabemos que sem a colaboração dos professores, diretores, alunos, pais e toda a sociedade civil, negra e não negra, não será possível eliminar o Racismo e suas ramificações.

Conclui-se que a educação é o principal elo de propagação e disseminação das intensões do Artigo 26-A da LDBEN, valorizando assim as

---

<sup>23</sup> Segundo Antonio Olímpio Sant’Ana (2004: 57), visões estereotipadas são opinião preconcebida, difundida entre os elementos de uma coletividade; conceito muito próximo de preconceito. “Uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças, com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas”.

histórias e os feitos dos grupos africanos que aportaram no Brasil, dos seus descendentes afros-brasileiros e os indígenas em nossa sociedade, contribuindo de forma positiva no processo de eliminação das discriminações, a redução do racismo e a exclusão das desigualdades nos espaços formais e informais de educação.

## Referências Bibliografia:

BÂ, Amadou Hampaté. Amkoullel, o menino fula. Xina Smith Vasconcellos (trad.). São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BEUDOIN, Marie-Nathalie e TAYLOR, Maureen. Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CARREIRA, Denise e SOUZA, Ana Lúcia Silva. Indicadores da qualidade na educação: Relações raciais na escola / Ação Educativa, Unicef, SEPPIR, MEC – São Paulo: Ação Educativa, 2013, p. 45.

COELHO, André Luiz Querino. Racismo e Legislação no Brasil: perspectivas jurídicas. *In*: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.) Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil [recurso eletrônico] / Andrea Maila Voss Kominek; Ana Crhistina Vanali (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 467-499.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo – Educação e Pesquisa, São Paulo, Volume 29, n. 1 jan/fev. 2003.

LOPES, Nei. Enciclopédia brasileira da diáspora africana / Nei Lopes. - 4. ed. - São Paulo: Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. História e cultura africana e afro-brasileira / Nei Lopes. – Barsa Planeta, 2008, p. 31, 67 e 90.

LWANGA-LUNYIIGO, Samwiri & VANSINA, Jan. “Os povos falantes de banto e a sua expansão” *In*: História Geral da África, Volume III: África do século VII ao X. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010, p 182.

MACHADO, Adilbênia Freire. OLIVEIRA, Eduardo. Africanidades, Legislação e Ensino: Educação para relações étnico-raciais, lei 10.639, filosofia e ancestralidade. *In*: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.) Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil [recurso eletrônico] / Andrea Maila Voss Kominek; Ana Crhistina Vanali (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 467-499.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In Schwarcz, L M. & QUEIROZ, R. Silva (orgs.) Raça e Diversidade. São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. De Boca Perfumada a Ouvidos Dóceis e Limpos: Ancestralidades Africanas, Tradição Oral e Cultura Brasileira. Itinerários, Araraquara, Nº 13, 1998, p. 51-66.

SAFRAN, William. Diasporas in Modern Societies: Myths of Homelands and Return. *Diaspora: a Journal of Transnational Studies*. Toronto: University of Toronto Press, v. 1, n. 1, p. 83-99, 1991.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo no Brasil. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 2004, p. 39-67.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. *In*: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. Brasília, UNESCO/São Carlos, EdUFSCar, 2003, p.181-197.

SODRÉ, Muniz. Reinventando @ cultura: Comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 2001.